CURRÍCULO, CULTURA ESCOLAR E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: ANÁLISE DO COMPONENTE HISTÓRIA DA BAHIA E HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA, AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO MÉDIO

Patrícia Schaun de Araújo Cardoso
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-1240-8009
Endereço eletrônico: psaraujo.ppge@uesc.br

Ilka Miglio de Mesquista
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5071-2415
Endereço eletrônico: immesquita@uesc.br

Palavras-chave: História da educação; cultura escolar; currículo; educação antirracista; Ensino médio.

INTRODUÇÃO

As Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008 impulsionaram a inserção de conhecimentos relacionados às histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas nos currículos escolares brasileiros. Nas últimas décadas, o ensino dessas temáticas na educação básica tornou-se obrigatório. Impulsionado pela obrigatoriedade das leis, colocou em debate processos históricos de seleção e legitimação dos saberes escolares e ampliou o debate sobre educação antirracista.

Nesse contexto, o presente estudo objetiva analisar como o componente curricular História da Bahia e História e Cultura Indígena, Africana e Afro-Brasileira, integrante do currículo do ensino médio da rede estadual da Bahia, é concebido. Para tanto, examina-se de que modo sua institucionalização contribui para a valorização da diversidade étnico-racial, para a construção de uma proposta curricular comprometida com os princípios da educação antirracista, compreendendo avanços, limites e possibilidades na valorização da diversidade étnico-racial e na formação dos estudantes.

A pesquisa fundamenta-se nos estudos da História da Educação e da História Cultural,

mobilizando os conceitos de cultura escolar (Julia, 2001), escolarização (Varela; Álvarez-Uría, 1992) e disciplinas escolares (Oliveira, 2017), em diálogo com as contribuições de Gomes (2012) sobre educação e relações étnico-raciais.

Compreende-se o currículo como um espaço de produção de significados, identidades e relações de poder. Para Silva (2011), as identidades étnicas e raciais são construções históricas produzidas em processos de significação atravessados por disputas simbólicas. Nessa perspectiva, a inserção de saberes africanos, afro-brasileiros, indígenas e baianos ultrapassa a ampliação de conteúdos escolares, configurando-se como um movimento de questionamento das narrativas curriculares hegemônicas e das hierarquias de conhecimento historicamente estabelecidas. Assim, a análise desse componente curricular possibilita compreender como o currículo participa da produção de representações sobre identidade, diferença e pertencimento no ensino médio baiano.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como documental, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da análise de documentos curriculares que orientam a oferta do componente História da Bahia e História e Cultura Indígena, Africana e Afro-Brasileira na rede estadual baiana. O corpus documental é composto pelo Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), pela ementa do componente curricular e pelo plano de curso elaborado no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, localizado no município de Itabuna, Bahia.

A análise fundamenta-se nos pressupostos da História Cultural, compreendendo os documentos curriculares como produções históricas que expressam disputas, interesses e projetos de formação. Busca-se identificar os conhecimentos selecionados, as representações produzidas sobre identidades culturais e étnico-raciais e as aproximações estabelecidas com os princípios previstos pelas Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares indicam que tanto o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) quanto o plano de curso elaborado pela unidade escolar analisada valorizam aspectos relacionados à diversidade cultural, às identidades baianas e às contribuições históricas, sociais e culturais dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros para a formação

da sociedade brasileira. Observa-se que o plano de curso construído no âmbito escolar mantém estreita consonância com as orientações presentes no DCRB, incorporando princípios fundamentados na legislação educacional vigente, especialmente nas Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, bem como em reivindicações históricas dos movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento e pela valorização dessas populações nos currículos escolares.

Entretanto, a análise documental evidencia que a oferta do componente curricular não ocorre de forma homogênea em todas as séries e modalidades do ensino médio da rede estadual baiana, apresentando variações em sua carga horária e abrangência. Tal aspecto revela uma tensão entre o reconhecimento da relevância desses saberes nos documentos curriculares e as condições efetivas de sua presença ao longo da trajetória escolar dos estudantes.

Diante desse cenário, é possível perceber avanços significativos na institucionalização de uma proposta curricular comprometida com a educação antirracista e com a valorização da diversidade étnico-racial. Contudo, os resultados também apontam para a necessidade de ampliação da carga horária e da oferta do componente em todas as séries e modalidades do ensino médio. Essa ampliação mostra-se relevante não apenas para assegurar o cumprimento dos dispositivos legais, mas também porque envolve dimensões epistemológicas e ontológicas da formação estudantil, contribuindo para o reconhecimento de diferentes formas de produção do conhecimento, para a construção de identidades positivas e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos sujeitos historicamente marginalizados no currículo escolar.

Nessa direção, a ampliação desses saberes no currículo pode contribuir para colocar em debate narrativas hegemônicas e ampliar as possibilidades de representação e reconhecimento das identidades étnico-raciais no espaço escolar. Esses achados dialogam com as reflexões de Julia (2001) acerca da cultura escolar como espaço de produção e circulação de normas e saberes, bem como com as discussões de Chartier (1990). Além disso, corroboram os estudos de Gomes (2012), ao evidenciar que a implementação de políticas curriculares voltadas às relações étnico-raciais não elimina automaticamente disputas históricas em torno da legitimidade dos conhecimentos escolares. Nesse sentido, o componente curricular analisado revela tanto avanços na valorização das identidades historicamente marginalizadas, quanto limites decorrentes das dinâmicas institucionais de organização do currículo.

CONCLUSÕES

Os resultados parciais da pesquisa permitem compreender que a institucionalização do componente História da Bahia e História e Cultura Indígena, Africana e Afro-Brasileira representa um avanço nas políticas curriculares voltadas à promoção da educação antirracista no ensino médio baiano. Ao incorporar conhecimentos relacionados às histórias e culturas afro-brasileiras, africanas, indígenas e baianas, o componente contribui para a ampliação das representações de identidade, pertencimento e diversidade cultural presentes na escola.

Contudo, a análise também evidencia que a inserção desses saberes ocorre em meio a disputas curriculares que refletem processos históricos de seleção, organização e legitimação do conhecimento escolar. Dessa forma, a pesquisa contribui para ampliar a compreensão sobre as potencialidades e os limites das políticas curriculares voltadas à valorização da diversidade étnico-racial, oferecendo subsídios para o fortalecimento das discussões sobre cultura escolar, currículo e educação antirracista. Essa ampliação mostra-se relevante não apenas para assegurar o cumprimento dos dispositivos legais, mas também porque envolve dimensões epistemológicas e ontológicas da formação estudantil, ao ampliar o reconhecimento de diferentes matrizes de conhecimento e fortalecer processos de construção identitária e pertencimento.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria da Educação. **Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médio.** Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2022.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996,** modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CHARTIER, Roger. Introdução. In.: ___. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Difel: Lisboa; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.13-28.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Os estudos históricos sobre o currículo e as disciplinas escolares: das preocupações com as práticas escolares para o mundo da pesquisa acadêmica. **Pensar a Educação em Revista**, Curitiba/Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 3-41, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011

VARELA, Julia; ÁLVAREZ-URÍA, Fernando. **A maquinaria escolar.** Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 6, p. 68-96, 1992.